



Artigo informativo

**Como lidar com
as consequências
indesejáveis do
de-risking**

Introdução	4
Informações gerais	5
Motivos das iniciativas de de-risking	5
O de-risking na prática	6
Consequências indesejáveis	6
Impacto social	7
Impacto político	7
Procura de canais alternativos	8
Superação dos desafios	8
O de-risking é de fato necessário?	9
Como evitar a perda de relacionamentos com bancos correspondentes	9
Utilitários de dados	9
Perspectivas	10
Como a SWIFT pode ajudar	11
Melhores práticas	11

Bancos do mundo inteiro têm reduzido seu relacionamento com bancos correspondentes, principalmente em jurisdições de alto risco.

O de-risking não é apenas uma forma de minimizar os riscos: o custo de manter a parceria também é um fator importante.

O de-risking pode trazer dificuldades para diversas transações, como remessas de imigrantes para parentes em seu país de origem, compras de produtos de consumo e pagamentos de assistência médica e mensalidades escolares.

Sem acesso aos canais bancários tradicionais, as pessoas podem procurar canais alternativos menos regulados e que implicam em outros riscos. Ao adotar controles apropriados e transmitir informações a seus correspondentes e ao mercado com mais coerência e transparência, os bancos podem reduzir a probabilidade de perder parceiros devido ao de-risking.

É possível usar utilitários de dados como o KYC Registry para compartilhar informações de forma eficiente e padronizada.

Introdução

Sabe-se que bancos do mundo inteiro estão reavaliando relacionamentos com seus bancos correspondentes. Nesse movimento, chamado de de-risking, muitos dos grandes bancos internacionais têm eliminado certos relacionamentos, produtos e até mesmo jurisdições para resolver preocupações relacionadas a lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, além de pressões para reduzir custos e se adequar a normas regulatórias.

Embora essas decisões até façam sentido para cada um dos bancos envolvidos, fica cada vez mais claro que elas têm consequências mais amplas para o setor como um todo. As pessoas ainda precisam fazer pagamentos e, se os canais bancários tradicionais não viabilizarem essas transações, elas provavelmente serão desviadas para canais alternativos, que podem ser menos regulados. Este artigo explora o impacto do de-risking para os bancos e seus clientes finais e pergunta o que o setor pode fazer para superar esses problemas.

Banco correspondente é um banco que, conforme um acordo, presta serviços para outro (o banco respondente), em geral para que este último obtenha acesso a produtos no exterior e possa realizar transações internacionais. Assim, os serviços dos bancos correspondentes desempenham papel muito importante no contexto dos pagamentos em nível global.

Nos últimos anos, porém, alguns bancos começaram a reduzir a quantidade de parcerias com bancos correspondentes, principalmente nas jurisdições de alto risco. Essa tendência, chamada de de-risking, vem ganhando cada vez mais força: segundo um relatório publicado pelo Banco Mundial em novembro de 2015, que 75% dos grandes bancos internacionais que participaram de uma pesquisa afirmaram ter reduzido o número de relacionamentos com bancos correspondentes, sendo que a região do Caribe foi a mais afetada¹.

Motivos das iniciativas de de-risking

Fica cada vez mais claro que o de-risking não está relacionado exclusivamente à gestão de riscos. Em alguns casos, sua causa é a preocupação dos bancos internacionais com compliance no combate à lavagem de dinheiro/financiamento do terrorismo (AML/CFT) em relacionamentos específicos e até em países inteiros — sobretudo naqueles onde falta transparência quanto às atividades e estratégias de compliance dos bancos locais. No entanto, o custo também é um fator considerável.

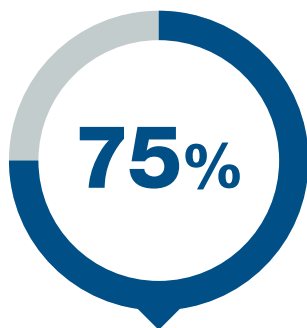
“Um dos motivos diz respeito estritamente a negócios: algumas instituições têm milhares de bancos correspondentes nas diversas regiões do mundo”, diz Steve Beck, Diretor de Trade Finance do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB). “Manter esses relacionamentos tem um custo, e em alguns países talvez não faça sentido, do ponto de vista econômico, ter tantos bancos correspondentes, e romper alguns deles pode ser uma decisão de negócios.”

“Uma motivação menos discutível é, porém, toda uma série de requisitos caros, onerosos

e repetitivos que precisa ser cumprida”, pontua. “Isso pode envolver normas regulatórias não só do país onde o banco está sediado, mas de várias outras jurisdições; falta clareza, e as regras podem variar.”

Em alguns casos, essa tendência pode se exacerbar porque os bancos precisam considerar alguns fatores regulatórios a mais. “Alguns bancos firmaram DPAs (acordo de diferimento de ajuizamento de ação penal) com o governo dos EUA, que mitigam o risco de outras ações penais desde que eles atendam a determinados critérios”, diz Gary Bishop, CEO do Bank Sepah International. “A política de de-risking desses bancos passa a refletir não só as normas regulatórias locais, mas também as dos EUA.”

Embora muitos vejam o de-risking como uma atividade dos bancos internacionais, os bancos locais também podem adotá-lo. Pattison Boleigha, Diretor de Conduta e Compliance do Access Bank, observa que, apesar de os bancos da Nigéria, de Serra Leoa e da Gâmbia terem perdido relacionamentos devido ao de-risking nos dois últimos anos, esses países “também fazem muito de-risking”. “Na Nigéria, muitas casas de câmbio fecharam”, diz ele.



Dos grandes bancos internacionais que participaram de uma pesquisa, 75% afirmaram ter reduzido o número de relacionamentos com bancos correspondentes.



Os relacionamentos entre bancos correspondentes e respondentes são importantíssimos para o desenvolvimento econômico e o comércio exterior dos países africanos. Uma rede robusta de bancos correspondentes pode ajudar as instituições financeiras do Caribe e da África a reduzir disparidades de conhecimentos, tecnologias, produtos e gestão de riscos.

Pattison Boleigha
Diretor de Conduta e Compliance
do Access Bank

¹ Banco Mundial, *Withdrawal from Correspondent Banking: Where, Why, and What to Do About it*, novembro de 2015

De acordo com um relatório consultivo publicado pelo BIS em outubro de 2015, os serviços de bancos correspondentes que parecem estar mais associados a riscos estão sendo reduzidos e a diminuição do número de relacionamentos “resultou em uma concentração significativa em menos instituições financeiras, que vêm adquirindo domínio cada vez maior do mercado”.

Segundo o relatório do Banco Mundial, “os produtos e serviços mais afetados pela redução do número de bancos correspondentes são compensação e liquidação (de cheques), serviços de gestão de caixa, transferências eletrônicas internacionais e, entre autoridades bancárias e/ou dos bancos locais/regionais, financiamento do comércio exterior”.

As consequências da perda de relacionamentos em função do de-risking podem ser significativas para bancos locais e regionais. Instituições da camada média do mercado podem ser forçadas a encontrar outros parceiros – um exercício que exige investimento de tempo e dinheiro e pode resultar em termos e condições menos favoráveis que os dos acordos anteriores. De acordo com o relatório do Banco Mundial, “a capacidade das instituições financeiras das jurisdições afetadas de encontrar outros bancos correspondentes variou, mas a maioria delas informou que, até o momento, tem sido possível estabelecer novos relacionamentos”.

“**Alguns dos maiores bancos cortaram o número de parceiros pela metade ou até menos que isso, principalmente nos mercados emergentes. Em alguns casos, deixaram completamente o país.**

Steve Beck
Diretor de Trade Finance do ADB

Foi esse o que aconteceu com alguns bancos no Caribe, uma região que vem apresentando altos níveis de de-risking. Trevor Brathwaite, Vice-presidente do Banco Central do Caribe Oriental (ECCB), diz que vários bancos locais enfrentaram aumento das tarifas das transações, ao passo que outros foram notificados de que seus bancos correspondentes estavam encerrando relacionamentos. Esses bancos têm tentado atrair outros parceiros preparados para oferecer serviços de banco correspondente.

Brathwaite observa que vários bancos americanos de segunda linha estão dispostos a prestar serviços, embora os acordos ainda não tenham sido celebrados. Em outros casos, os bancos assistem ao rompimento de todos os seus relacionamentos — o que pode ter consequências calamitosas.

² Comitê de Infraestrutura de Pagamentos e Mercados do Banco de Compensações Internacionais (BIS), *Consultative report: Correspondent banking*, outubro de 2015.

Consequências indesejáveis

Embora a redução de riscos possa ter forte impacto em instituições financeiras isoladas, o impacto nos países afetados (e no sistema financeiro mais amplo) pode ser ainda maior. O tamanho problema não se tornou claro no momento em que primeiras medidas de de-risking entraram em vigor.

“No começo, quando alguns dos grandes bancos passaram a reduzir participação em certos mercados, o de-risking criou uma oportunidade para os bancos de segunda e terceira linhas”, explica Bishop. “Com o tempo, porém, o de-risking se disseminou tanto que os grandes bancos encerraram relacionamentos com bancos da Europa e do Reino Unido e até com algumas empresas”, lembra ele. “Nesse estágio, o de-risking transformou-se em um ônus muito maior para o setor como um todo, deixando de ser uma oportunidade para os bancos de segunda e terceira linhas para se tornar um obstáculo ao livre acesso aos mercados financeiros.”

O efeito sobre cada região é diferente. Entre as consequências observáveis, estão:

- Depois da aplicação de multas relativamente altas nos últimos anos em função transações entre o México e os EUA, vários bancos encerraram o relacionamento com seus bancos correspondentes no país.
- De acordo com Bleming Nekati, Diretor de Trade Finance do Banco Africano de Desenvolvimento, na África, o de-risking vem se manifestando de muitas formas, como a introdução de acordos restritivos (financeiros ou não), o aumento no custo do dinheiro, a redução dos prazos e valores das linhas de crédito e a intensificação das sanções em certos mercados, como Zimbábue e Sudão.
- Pesquisas indicam que, no Caribe Oriental, um banco correspondente encerrou todas as contas envolvidas com outros bancos correspondentes ou intermediação para terceiros em etapas posteriores do processo e as de vários profissionais da área jurídica e instituições beneficentes. Outro banco encerrou sua operação no Caribe Oriental.
- No último ano, houve 14 eventos de de-risking relacionados a bancos locais e internacionais em Curaçao e São Martinho, segundo informações do Centrale Bank van Curaçao en Sint Maarten (CBCS).

“**O de-risking pode desestabilizar nossas economias, causar exclusão financeira e aumentar os índices de pobreza.**

Centrale Bank van Curaçao en Sint Maarten (CBCS)

Impacto social

O de-risking pode ter impacto considerável não só nos bancos, mas também nos clientes finais. As consequências da exclusão total de um país para pessoas físicas podem ser meramente inconvenientes, mas também podem ser fatais.

“Nos países latino-americanos, as remessas que as famílias recebem de parentes que trabalham nos Estados Unidos são uma parte significativa do PIB”, diz Fabiola Herrera, Diretora do Departamento de Sistemas de pagamento do Banco Central da República Dominicana. “Esse dinheiro passa por operadores de transferências e empresas especializadas em remessas”, observa. “Muitas delas têm presença global e outras são empresas locais que mantêm contas em bancos correspondentes, e essas contas também correm risco de encerramento.”

A América Latina não é a única região que pode sofrer essas consequências. Brathwaite relata que, no Caribe, o de-risking poderia dificultar o pagamento de produtos importados dos EUA por pessoas físicas. “Além disso, muitos dos nossos cidadãos mandam seus filhos para universidades nos Estados Unidos”, declara. “Se não for possível pagar as mensalidades e acomodações, a educação desses jovens será prejudicada.”

E há quem acredite que as consequências dessa mudança podem ser ainda mais graves. Quem busca atendimento médico nos EUA pode padecer — ou até mesmo morrer — se não conseguir pagar os serviços de que precisa.

Impacto político

Em outros casos, as dificuldades no acesso a bancos correspondentes poderiam ter consequências políticas relevantes, como observa Bishop.

“As sanções para o Bank Sepah e outros bancos iranianos no Reino Unido foram suspensas em 16 de janeiro de 2016”, comenta. “Por enquanto, porém, nenhum de nós conseguiu estabelecer um relacionamento um banco de compensação preparado para aceitar transações de pagamentos de bancos

comerciais”, conta. “Na verdade, os bancos menores que estavam dispostos a operar serviços por nós foram aconselhados por seus bancos de compensação a não fazê-lo.”



Um dos problemas é que, mesmo com o encerramento de um relacionamento com um banco correspondente, não há como garantir que o ex-parceiro não vá estabelecer outro relacionamento e o dinheiro não acabará passando pela sua instituição.”

Dra. Inês Sofia de Oliveira, pesquisadora, Centre for Financial Crime & Security Studies, RUSI



Hoje, todo o processamento de pagamentos entre os EUA e o México se concentra em único banco de compensação de câmbio



THE KYC REGISTRY



“uma forma mais econômica, fácil e eficiente de os bancos de todo o mundo acessarem informações para se sentir à vontade em relação a seus parceiros...”

O KYC Registry

O KYC Registry é um repositório centralizado de documentos de due diligence atualizados e dados de bancos na plataforma SWIFT. Trata-se de uma solução de KYC (“conheça seu cliente”) rápida e de com boa relação custo/benefício que permite ao usuário monitorar, administrar e aumentar sua rede de bancos correspondentes.

A indisponibilidade dos canais bancários tradicionais gera o risco de as pessoas precisarem encontrar outras formas de fazer e receber pagamentos — por exemplo, usando os serviços de empresas especializadas em remessa ou mesmo levando malas dinheiro para o exterior. Ironicamente, a adoção de canais menos regulados produz seus próprios riscos.

“Se as pessoas não puderem receber e transferir dinheiro pelo sistema financeiro, elas tentarão encontrar outras formas de fazê-lo — seja usando empresas especializadas em remessas, seja pedindo para alguém fazer a transferência por elas”, diz a Dra. Inês Sofia de Oliveira, pesquisadora do Centre for Financial Crime & Security Studies do Instituto Real de Serviços Unidos (RUSI). “Isso sempre deixa as pessoas mais vulneráveis à ação de criminosos.”

“O perigo é que, ao excluir certos clientes — e até países inteiros, em alguns casos —, os bancos empurrem essas instituições para prestadores de serviços alternativos e menos regulados”, acrescenta Bishop. “Isso fragilizará as iniciativas dos órgãos reguladores para conscientizar os bancos e torná-los mais cuidadosos, jogando negócios na clandestinidade ou desviando-os para prestadores de serviços menos regulados, o que pode criar brechas para a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.”

Superação de desafios

A consciência dos problemas associados ao de-risking está aumentando. Em alguns casos, está-se tomando medidas para mitigá-los.

Por exemplo, o Banco de México interveio com a introdução do SPID, um sistema eletrônico nacional que funcionará como câmara de compensação para possibilitar a transferência de pagamentos em dólares americanos. Um dos objetivos do SPID é a aplicação de critérios mais rígidos em AML (combate à lavagem de dinheiro).

Outras medidas incluem a criação de grupos fechados de usuários para tratar da questão do de-risking. “Na República Dominicana, criamos um grupo fechado de usuários (CUG) que usa a plataforma SWIFT, sob a supervisão centralizada do banco central”, diz Fabiola. “Todos os bancos da República Dominicana fazem parte do grupo. Os pagamentos locais são feitos por essa rede privada, que opera em tempo real, é muito segura e tem custos bem baixos.”

Superação de desafios

O conceito aplicado na República Dominicana, conta Fabiola, se estendeu à América Central para a criação de um grupo fechado de usuários com seis bancos centrais. Com isso, os clientes dos países participantes podem realizar transações de câmbio de valores em USD.

Ela vê três alternativas para lidar com os problemas do de-risking. “A primeira é simplesmente ignorar os bancos correspondentes e seguir em frente com os negócios regionais, deixando de lado os bancos dos Estados Unidos, mas dizer isso é mais fácil do que fazer”, afirma. “A segunda é criar um clube mundial privado restrito aos bancos com os procedimentos de AML mais rigorosos e a terceira é fazer com que os bancos centrais façam parte da solução e se responsabilizem pelos bancos locais de cada país, como o Banco do México está fazendo”, diz. “De qualquer forma, os bancos centrais precisarão ter um papel mais ativo.”

O BIS publicou um relatório em outubro com uma série de recomendações, como usar utilitários de KYC para reduzir o ônus da compliance em certos procedimentos de KYC. O relatório também recomenda que os interessados avaliem a possibilidade de usar o Legal Entity Identifier (LEI) “como forma de identificação nos utilitários de KYC e acordos de troca de informações”.

O de-risking é de fato necessário?

Outra possível solução seria os bancos correspondentes reconsiderarem a necessidade efetiva de de-risking. De acordo com Mary Popo, Gerente Geral da Associação Caribenha de Bancos (CAB), diz os bancos correspondentes deveriam considerar outras opções.

“Seria ótimo se os bancos correspondentes adotassem medidas para mitigar riscos, em vez de simplesmente optar pelo de-risking”, diz ela. “Eles também deveriam comunicar as lacunas de compliance com antecedência suficiente para que os bancos respondentes resolvessem os problemas, além de cooperar com esses bancos para aumentar os níveis de colaboração, confiança e transparência”, observa. “Além disso, ao emitir a classificação de risco da jurisdição, os bancos deveriam considerar a avaliação do país por autoridades internacionais, como, por exemplo, o GAFI e a OCDE.”

Como evitar a perda de relacionamentos com bancos correspondentes

Embora haja uma necessidade clara de soluções em nível setorial, vários bancos locais e regionais estão se perguntando como podem evitar a perda de relacionamentos com bancos correspondentes em função do de-risking. Não existe solução infalível, mas os bancos podem adotar algumas medidas para reduzir a probabilidade de que isso aconteça com eles — ou aumentar suas chances de conseguir bons acordos alternativos caso venham a perder bancos correspondentes devido a de-risking.

Um dos principais catalisadores do de-risking é a falta de transparência quanto a atividades, linhas de negócios ou comportamentos do banco. Muitas vezes, os bancos divulgam informações para seus parceiros e para o mercado de forma inadequada ou inconsistente.

Guy Sheppard, Diretor de Iniciativas de Compliance da SWIFT para as Américas, os países nórdicos e o Reino Unido/Irlanda, observa que é recomendável reservar um funcionário ou departamento inteiro para a criação e manutenção de um conjunto de dados padrão ouro. Esses dados podem ser divulgados para o mercado de várias formas, de utilitários de dados sofisticados a comunicados à imprensa básicos

Utilitários de dados

O mercado conta com diversos utilitários de dados para tratar de questões dessa natureza, que funcionam como repositórios de informações confiáveis e atualizadas. Um deles é o KYC Registry, da SWIFT, uma plataforma compartilhada para administrar e trocar dados padronizados de KYC. Com mais de 2.500 instituições financeiras inscritas, esse utilitário oferece aos bancos uma forma de obter e fornecer informações validadas dos bancos correspondentes. “O KYC Registry é uma forma mais econômica, fácil e eficiente de os bancos de todo o mundo acessarem informações para se sentir à vontade em relação a seus parceiros...”, diz Beck. “Enfrentar o problema é importante para nós, e estamos incentivando ativamente os bancos comerciais com os quais trabalhamos a enviar informações e mantê-las sempre atualizadas.”

A necessidade de transparência levou à criação de diversos utilitários de intercâmbio de dados que atendem a vários dos principais segmentos, como, por exemplo, o de bancos correspondentes, o de corretoras de valores e o de fundos. Está muito claro que o mercado tende a adotar abordagens mais eficientes e padronizadas dos dados, da transparência e disponibilidade de documentos, que vão além dos bancos de dados tradicionais. Os bancos também precisarão incluir seus dados

em todos os registros governamentais que possam ser relevantes para os mercados onde atuam. Em vários casos, a melhor opção será decompor e reorganizar os dados mestre conforme a necessidade e registrá-los em diversos utilitários, garantindo sempre sua precisão, coerência e atualização.

“O banco respondente precisa entender que, se o banco correspondente não conseguir localizar seus dados, os custos do relacionamento serão mais altos para o correspondente”, afirma Sheppard. “Há uma demanda muito concreta pela disponibilização de dados, que deve estar alinhada ao seu grau de conforto com a segurança desses dados e o grau de divulgação necessário.”



O KYC Registry é uma forma mais econômica, fácil e eficiente de os bancos de todo o mundo acessarem informações para se sentir à vontade em relação a seus parceiros.

Steve Beck
Diretor de Trade Finance do ADB

O de-risking tem impacto significativo nas parcerias com bancos correspondentes no mundo inteiro. O setor precisa responder proativamente a esses desafios, adotando medidas que evitem a interrupção dos negócios e os riscos da exclusão financeira nos mercados afetados.

Simultaneamente, os bancos das jurisdições de alto risco devem demonstrar mais transparência quanto às suas atividades e procedimentos de compliance para reduzir a probabilidade de perderem relacionamentos em função do de-risking.

Não há, é claro, nenhuma garantia de que um banco escapará do de-risking, mesmo que siga as melhores práticas. “Você pode informar o banco correspondente de que está adotando procedimentos melhores e aumentando a consciência dos riscos”, diz Bishop. “Mas, no final das contas, se você estiver na lista de instituições ou países de mais alto risco e não couber no apetite por risco do banco correspondente, o relacionamento inevitavelmente acabará.”

Os bancos podem, porém, adotar medidas para mitigar o possível impacto do de-risking em seus negócios. Como conclui Sheppard, “mesmo que você perca alguns bancos correspondentes devido ao de-risking, se conseguir resolver os problemas de uma forma lógica, racional e justificável, vai se tornar um parceiro potencial muito atraente para bancos atuando em outras camadas do mercado, que podem ter um apetite por riscos diferente”, pontua ele. “E, tornando-se a opção mais interessante numa jurisdição de alto risco, pode até conseguir tarifas premium.”

Melhores práticas

Luc Meurant, Diretor da Divisão de Serviços de Compliance da SWIFT, destaca algumas medidas que os bancos podem adotar para não perder correspondentes em função do de-risking. Aqui estão elas:

- **Adote os controles certos:** Use controles de compliance, como a triagem de transações, e demonstre isso para o correspondente.
- **Seja transparente:** Os grandes bancos precisam entender cada vez mais os clientes dos seus correspondentes (“conheça os clientes do seu cliente”). Os bancos menores devem comunicar com transparência para os grandes bancos de compensação quais são seus clientes, setores e locais onde prestam serviços.
- **Comunique-se proativamente:** Os bancos menores devem tomar a iniciativa de comunicar o que estão fazendo para aumentar seu grau de compliance.
- **Reduza os custos de due diligence do banco de compensação:** Para um banco de grande porte, os custos anuais de due diligence de um parceiro de alto risco podem exceder USD 50.000. Se esses custos forem superiores às receitas obtidas com tarifas no relacionamento, o banco de grande porte pode concluir que ele simplesmente não vale a pena do ponto de vista financeiro. Os bancos menores devem tomar adotar as medidas possíveis (como participar do KYC Registry, por exemplo) para ajudar a reduzir os custos de due diligence dos seus parceiros.

Como a SWIFT pode ajudar

Além do KYC Registry, a SWIFT oferece diversas soluções que podem ajudar os bancos a obter mais transparência, padronizar processos de compliance e mitigar os riscos relevantes. Algumas delas:



Sanctions Screening

Solução hospedada pela SWIFT que proporciona uma ferramenta simples e econômica para bancos, bancos centrais e outras instituições fazerem a triagem padronizada de todos os tipos de transações financeiras.



Traffic Profile

Ferramenta de baixo custo que apresenta um panorama da exposição do banco a países sujeitos a sanções



Compliance Analytics

Solução em nível corporativo que permite aos bancos examinar seus fluxos de pagamento e participação em rotas de pagamento, além de identificar claramente e consultar operações envolvendo partes não explícitas (nesting).

Ao oferecer essas ferramentas, a SWIFT ajuda os bancos a compreenderem seus próprios comportamentos e identificarem exposições ocultas.



Sobre a SWIFT

Há mais de 40 anos, a SWIFT ajuda o setor a enfrentar muitos de seus maiores desafios. Como uma cooperativa global e o principal prestador mundial de serviços de mensagens financeiras seguras, possibilitamos comunicação e troca de mensagens com segurança e confiabilidade a mais de 11.000 instituições bancárias e de títulos mobiliários, empresas de infraestrutura do mercado financeiro e clientes empresariais em mais de 200 países e territórios.

Como seu prestador de serviços de confiança, facilitamos fluxos financeiros locais e mundiais, buscamos incansavelmente a excelência operacional e estamos sempre procurando formas de reduzir custos e riscos e eliminar ineficiências operacionais. Também reunimos a comunidade financeira para definir práticas do mercado, estipular padrões e debater questões de interesse mútuo.

Os usuários da SWIFT estão enfrentando uma pressão inédita para cumprir deveres de compliance regulatória, principalmente no que diz respeito à detecção e prevenção de crimes financeiros. Respondemos a isso desenvolvendo soluções comunitárias que visam à eficácia e eficiência, além de reduzir o esforço e o custo das atividades de compliance. Nossa unidade de Serviços de Compliance administra um portfólio cada vez maior de recursos de combate a crimes financeiros nas áreas de sanções, KYC e CTF/AML.

A compliance com os procedimentos de combate a crimes financeiros também é um dos temas centrais da Sibos, o principal evento de serviços financeiros do mundo, que a SWIFT organiza para o setor.

www.swift.com/complianceservices